



A transposição de águas do rio São Francisco



Dezembro de 1999/Junho de 2000

Nº 13

Transposição de águas do Rio São Francisco

Fundação Milton Campos

para Pesquisas e Estudos Políticos

SIMPÓSIO

Transposição de águas do Rio São Francisco

Participantes:

Presidente:

- Jarbas Passarinho, Presidente da Fundação Milton Campos

Expositores:

- Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional
- Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra
- Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho

Debatedores:

- Deputado Marcondes Gadelha
- Deputado José Carlos Aleluia
- Deputado Marcelo Déda
- Deputado Fernando Gabeira
- Deputado Haroldo Lima
- Deputado Osvaldo Coelho
- Vice-Governador do DF, Benedito Domingos

Local: Anexo IV da Câmara dos Deputados

Data: 28/03/2000

13

Revista da Fundação Milton Campos

Gerson Kelmann, assessor do Ministro do Meio Ambiente

Agradeço a possibilidade que o Deputado Gabeira me dá de esclarecer essa difícil questão. A política do Governo Fernando Henrique com relação ao desequilíbrio entre oferta e demanda de água é não só atuar do lado da oferta, que tem sido o tema deste seminário, ou seja, novas estruturas hídras que levem ao aumento da oferta e, de uma forma geral, no semi-árido. Essas novas estruturas hídras são necessárias, sem entrar especificamente no tema da estrutura da transposição. Em geral são necessárias, mas também, e isso é o mais importante, é preciso atuar do lado do controle da demanda. E isso é novo para nós.

Temos uma grande incidência de desperdício de uso da água mesmo nas regiões onde a água é extremamente cara, exígua, onde não temos água. Para dar um exemplo bem concreto, vamos pegar o caso citado pelo Deputado Déda, que é o caso de Campina Grande, na Paraíba. Campina Grande é servida por um reservatório chamado Boqueirão. Esse reservatório serve à cidade e serviu também à irrigação de terrenos vizinhos ao lago, quando o reservatório começou a esvaziar. Veja que o uso da água para a agricultura é muito mais intenso do que o uso de água para abastecimento urbano. Como ordem de grandeza poderíamos dizer que 90% do uso da água vão para a agricultura e 10% para outros usos. Então, o grosso é água para agricultura.

Então, quando começou a depressionar o reservatório de Boqueirão, se já tivéssemos um sistema de gerenciamento da demanda, que é uma das tarefas da ANA – e isso é da política do Governo Fernando Henrique – teríamos já tomado as medidas preventivas. Nesse caso específico seria parar provisoriamente com a irrigação para que sobrasse água para o abastecimento da cidade. É claro que não podemos chegar para o irrigante e dizer que em benefício da nação ele pára de irrigar, tem um prejuízo e arca pessoalmente com o prejuízo. Não poderia ser assim. Teria que ter um mecanismo de compensação ao irrigante, que naquela situação crítica deixaria de utilizar 90% da água, e então não teríamos racionamento, evitaríamos o racionamento na cidade de Campina Grande.

Em termos financeiros ou econômicos, isso teria o seguinte impacto: possivelmente os habitantes de Campina Grande, nesse esquema que estou

62

Transposição de águas do Rio São Francisco

imaginando, teriam que pagar um sobrepreço pelo uso da água, para indenizar o irrigante, da ordem de 2 centavos por metro cúbico. E teriam evitado comprar água do carro-pipa a 3 reais o metro cúbico. Portanto, estamos falando de uma razão de 3 reais para 2 centavos. Essa é a proporção.

Se me permite o Presidente, já que estou com a palavra, gostaria de abordar um pouquinho os temas tratados aqui. Acho que todos concordamos com vários temas. O Ministro José Sarney Filho abordou logo no início, com ou sem transposição a bacia do São Francisco necessita de imediata gestão. Não só a recuperação das suas condições naturais, mas também de uma administração do uso da água, da captação e consumo, do conflito entre montante e jusante, que já existe. Para dar um exemplo concreto, Jaíba, que é um projeto de irrigação em Minas Gerais, que será um projeto muito interessante, quando plenamente utilizado, não é o caso ainda, vai estar consumindo cerca de 80 metros cúbicos por segundo, que é mais do que estamos tratando aqui da transposição. O que me parece é que a transposição, sob a ótica do São Francisco, é usuária como outro qualquer que capta uma grande vazão. Então, o impacto que terá é da ordem de grandeza de outros usuários. Com ou sem esse novo usuário, chamemos assim, é necessário fazer uma gestão dessa disputa pela água, disputa basicamente entre o usuário de montante, de irrigação, basicamente Minas e Bahia, e do jusante, que também é irrigação.

Essa disputa deverá ser resolvida com os instrumentos de gestão que estão na Lei 9.433. Temos que sair da teoria para a prática. A Lei 9.433, que é a Lei das Águas, já trata disso. Ela determina que se crie um sistema de outorga pelo direito de usar a água, determina que se criem mecanismos econômicos. Não estamos falando de água para beber. Essa a lei determina que é absolutamente prioritária. Mas água como insumo do processo produtivo de grandes propriedades é um insumo econômico como outro qualquer. Com esses mecanismos que a lei prevê, poderíamos administrar o uso da água.

Para finalizar e não me estender demais, queria chamar a atenção para um fato. Essa discussão sobre uso da água em geral e particularmente da água lá no Nordeste Setentrional, a chamada transposição, ela às vezes fica simplificada pelo entendimento de que o rio seja um fluxo de água constante. Isso embota um pouco a discussão, ela não tem a sua riqueza completa, porque, na realidade, a vazão do rio, como sabemos, varia sazonalmente de ano para ano.

Quando se fala de vertimento para o mar, concordo inteiramente com o Deputado Déda de que quase todo tempo essa água que está indo para o mar foi utilizada antes. Se não tivesse passado ali nas turbinas da Chesf

63

Revista da Fundação Milton Campos

teríamos um problema de energia em todo o Nordeste. Ai chamo atenção para um dado, que é uma janela de oportunidade. Penso que há uma janela de oportunidade que mereceria aprofundamento, para ver se não existe uma solução do tipo que os americanos chamam de ganha-ganha. Quer dizer, todos ganham. Seria o seguinte: cerca de 20% do tempo o reservatório de Sobradinho verde, está totalmente cheio e a água em vez de passar pelas turbinas passa pelo vertedouro porque não há mercado. Ela poderia passar pelas turbinas, há capacidade nas turbinas, mas não há mercado, não há demanda por energia. Se conseguíssemos criar uma situação em que apenas essa água fosse utilizada, ela seria uma água com um custo de oportunidade mínimo. Se eu usar a água para outra coisa onde é que estou criando impacto? Se ela efetivamente está vertendo, o custo de oportunidade dela na bacia do São Francisco é nulo. É vertido, energético também é nulo. É uma questão de opção. Se você passa a água pela turbina ou se passa a água pelo vertedouro. Se não passa hoje pela turbina, repito, porque não há mercado.

Esses dados que o Presidente da Chesf lhe deu, Deputado, estão absolutamente corretos, eu mesmo já fiz essas contas, mas eles partem do pressuposto do que é uma transposição contínua: é o usuário como outro qualquer que está retirando continuamente. Uma retirada eventual, só nos períodos de vertimento, que é 20% do tempo apenas, essa não causa o problema de vertimento nenhum, nem à Chesf, nem à bacia, a coisa nenhuma. O que tem que se aprofundar a investigação é se a região receptora tem também a vantagem de reservatórios já construídos. Então essa água, quando sobrasse no São Francisco, poderia ser estocada para uso quando fosse necessário.

Estou aqui só vislumbrando essa possibilidade porque, como disse o Ministro, nós não fizemos as análises ainda sobre uma possível oportunidade de ganha-ganha. Isso naturalmente tem que ser visto. Há uma possibilidade, há uma janela do tipo ganha-ganha que eu não quis deixar de mencionar. Obrigando pela oportunidade.

Deputado Marcelo Déda

Eu queria apenas dizer, muito menos polemizando com as informações trazidas, mas agregando algumas questões e preocupações, primeiro dizer que do ponto de vista de impacto ambiental é um tema ainda pouco discutido porque não se produziu esse estudo e ninguém teve acesso para ver que tipo de impacto. Quero dizer isso com tranquilidade: mesmo admitindo-se o impacto ambiental zero, a discussão central que deveríamos

64

Transposição de águas do Rio São Francisco

Gerson Kelmann

Eu só queria tratar de dois tópicos rapidamente. São dois temas, um relacionado ao próprio São Francisco, simplesmente dizer que a percepção da bacia do São Francisco é uma prioridade, não é apenas do meio político, é também do meio técnico. Sou ex-presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos e entre nós técnicos é unânime a percepção de que entre as bacias hidrográficas do país que mais necessitam de imediata atenção, na linha do que dizia o Deputado Déda, é a bacia do São Francisco e a bacia do Piracicaba. São as bacias mais tensionadas do ponto de vista de disputa pela água e que necessitam de imediata reformulação quanto ao uso da água, de recuperação das matas ciliares que já foram falado antes. Esse é o primeiro tema e temos absoluta concordância.

Com relação aos investimentos do Governo Fernando Henrique, que parecem um pouco pulverizados pelo Nordeste. Eu queria fazer uma ligação com o que o Deputado Déda falou anteriormente. Grande parte do semi-árido é assentado numa camada impermeável. A idéia de que tenha muita água subterrânea não é em geral verdadeira. É verdadeiro no sul do Piauí, mas não é verdadeiro em quase todo o Ceará, em quase toda a Paraíba. Há exceções, mas em geral o que se encontra é água em fissuras. Então, temos um solo raso e em seguida o maciço e portanto algumas falhas.

O Deputado Déda tinha feito menção que dá a impressão de que os investimentos são pulverizados pelo Nordeste. Eu estava fazendo referência ao fato de que a construção de açudes, historicamente, no semi-árido, não é de fato. De fato o primeiro açude foi construído por Pedro II, no Ceará, e depois disso dezenas de milhares de açudes, não é à toa, porque se não tivessem açudes no semi-árido nós não teríamos nenhuma possibilidade de sustentabilidade da região, porque a água toda corre para o mar, porque os rios são intermitentes, sabemos disso.

O que aconteceu sob o ponto de vista histórico – e aí não há nenhuma referência a qualquer tipo de governo –, desde o século passado, é que grande parte desses açudes foi construída com recursos públicos mas terras foram aproveitadas de forma privada. Foram açudes construídos em terras privadas para benefício daqueles que tinham as terras, mas com recursos públicos. O que o Governo Fernando Henrique está fazendo é exatamente invertendo essa equação. Ele está fazendo com que a água que ficava assentada naquela propriedade passe a caminhar e vá para os lugares onde as pessoas necessitam de água. Na prática, isso quer dizer que é necessário construir adutoras. Essas adutoras são obras para que essa água de uso

67

Revista da Fundação Milton Campos

privado passe a ser de uso público e que, portanto, beneficie grande parte da população.

Sexta-feira passada o Presidente foi inaugurar a adutora de Mossoró, que leva água do açude de Armando Ribeiro Gonçalves para a cidade de Mossoró. Esse açude era muito pouco utilizado, apesar de estocar grande quantidade de água. O abastecimento da água de Mossoró era feito por água subterrânea, mas cada vez tendo que extrair a uma altura maior, porque estava sendo depressionado. Esse é apenas um exemplo. Então, a pulverização me parece que traduz esse desejo de fazer com que a água chegue aonde ela é necessária.